

AJ05320

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

PERIGO AMBIENTAL EM VÁRIOS MUNICÍPIOS A DEGRADAÇÃO AVANÇA

Sinal de alerta: indícios de desertificação no Sul do Estado

Para piorar a situação, o manejo inadequado do solo está levando ao esgotamento da capacidade produtiva

ROSÂNGELA VENTURI

CACHOEIRO. Gado morto, pastagens destruídas, córregos secos. A estiagem castiga o Sul do Estado, como há muitos anos não ocorria. A situação, entretanto, é bem mais grave do que

■ Segundo o *Dicionário Houaiss*, do ponto de vista da geografia, deserto é uma zona árida, com precipitações atmosféricas irregulares ou escassas, vegetação inexistente ou rara, relevo formado pela alteração de determinadas rochas, e desprovida de habitantes permanentes. Do ponto de vista da ecologia, é um conjunto de seres vivos (bioma) com baixa diversidade, que se estabelece em região com pluviosidade irregular.

sertificação é um processo de redução drástica das condições climáticas e de solo favoráveis ao desenvolvimento de vegetação e, por conseqüência, de outras formas de vida.

“Com essas mudanças, a redução da cobertura vegetal do solo, por sua vez, torna o ambiente árido, com pouca umidade relativa do ar, pouca proteção à ação do sol, dos ventos e das chuvas. Estas podem se tornar mais escassas, apesar de sabermos que o clima local pode sofrer interferências globais”, assinala.

As conseqüências podem

Meio ambiente

FIQUE POR DENTRO

■ **Bacias.** O Espírito Santo possui 12 bacias hidrográficas. No Sul do Estado, existem a do Rio Itabapoana e a do Rio Itapemirim (BRI), com aproximadamente 6 mil quilômetros quadrados

■ **Verde.** Pouco mais de 7% da BRI têm cobertura florestal

■ **Degradação.** A região sofre as conseqüências de mais de

um século de práticas agrícolas equivocadas. Primeiro, as terras foram desmatadas para dar lugar às lavouras de café. Décadas depois, cederam espaço às pastagens que hoje ocupam 51% da área da bacia. Pelo menos um terço desse total, o correspondente a mil quilômetros quadrados, se encontra degradado

■ **Municípios.** A BRI compre-

ende 18 municípios do Estado e tem população total estimada em 500 mil habitantes: Alegre, Atílio Vivacqua, Conceição do Castelo, Castelo, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Lúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire, Muqui, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Itapemirim, Cachoeiro do Itapemirim, Marataízes, Presidente Kennedy e Lúna (todos do ES), além de Lajinha (MG)



Pontos críticos

Localização das áreas que apresentam avançado estágio de degradação, tendendo para a desertificação



1 Presidente Kennedy

Há uma grande área com precipitação abaixo de mil milímetros de chuva por ano

O excesso de pastoreio está compactando o solo, prejudicando a infiltração de água da chuva

Em outros pontos do município, o solo é arenoso

Há infiltração, porém a água não é retida na camada explorável pelas raízes de plantas, migrando para regiões mais profundas do perfil do solo

2 Itapemirim

3 Marataízes

4 Cachoeiro de Itapemirim

5 Jerônimo Monteiro

6 Alegre

Mesmo que os dados pluviométricos indiquem melhores condições à vegetação, práticas e manejos inadequados têm acelerado o processo degradador, principalmente pela pecuária e pela cafeicultura

Somam-se a esse quadro os impactos ambientais decorrentes do processo de industrialização e de urbanização sem planejamento

ROSÂNGELA VENTURI

CACHOEIRO. Gado morto, pastagens destruídas, córregos secos. A estiagem castiga o Sul do Estado, como há muitos anos não ocorria. A situação, entretanto, é bem mais grave do que a falta temporária de chuvas.

Décadas de manejo inadequado do solo esgotaram a capacidade produtiva de boa parte das terras na bacia do Rio Itapemirim (BRI).

Em vários municípios a degradação avança, tendendo para a desertificação, afirma o professor da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (Eafa) e doutor em solos e nutrição de plantas, João Batista Pavesi Simão.

Ele participou, nos últimos anos, de duas expedições científicas de bacias hidrográficas, Itapemirim e Benevente, reali-

zando levantamento de características químicas e físicas de solos sob diferentes usos. As conclusões acendem um sinal amarelo: “Somando-se às áreas de pastagens degradadas as de lavouras, de mineração de rochas ornamentais e urbanas, podemos supor que mais da metade da BRI requer atenção com urgência”, frisa.

A imagem comumente associada a **deserto** é a de uma grande extensão de areia. Pavesi explica, entretanto, que a de-

rochas, e desprovida de habitantes permanentes. Do ponto de vista da ecologia, é um conjunto de seres vivos (bioma) com baixa diversidade, que se estabelece em região com pluviosidade irregular.

zando levantamento de características químicas e físicas de solos sob diferentes usos. As conclusões acendem um sinal amarelo: “Somando-se às áreas de pastagens degradadas as de lavouras, de mineração de rochas ornamentais e urbanas, podemos supor que mais da metade da BRI requer atenção com urgência”, frisa.

A imagem comumente associada a **deserto** é a de uma grande extensão de areia. Pavesi explica, entretanto, que a de-

dade relativa do ar, pouca proteção à ação do sol, dos ventos e das chuvas. Estas podem se tornar mais escassas, apesar de sabermos que o clima local pode sofrer interferências globais”, assinala.

As conseqüências podem ser observadas a olho nu. Em ambiente sem cobertura vegetal, a água das chuvas infiltra pouco no solo e escorre superficialmente em maiores proporções, ano a ano, carregando a camada mais fértil do terreno em direção aos vales e calhas de rios.

“Sem umidade não há vegetação e sem vegetação os elementos climáticos têm ação nociva sobre o ambiente, sobretudo o solo. Assim, os rios podem passar a ser temporários, ou seja, há neles água no verão chuvoso e no inverno seus leitos secam-se.”



Há infiltração, porém a água não é retida na camada explorável pelas raízes de plantas, migrando para regiões mais profundas do perfil do solo

Somam-se a esse quadro os impactos ambientais decorrentes do processo de industrialização e de urbanização sem planejamento

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

É possível reverter o quadro

Especialista afirma que isso só acontecerá se novas práticas forem adotadas logo

É possível refrear o quadro de degradação. A opinião é de João Batista Pavesi, professor doutor em Solos e Nutrição de Plantas da Escola Agrotécnica Federal de Alegre. Mas ele destaca: isso só acontecerá se todos estiverem conscientes de que a degradação está acontecendo cada vez de forma mais intensa e, diante desse cenário, passem a adotar novas práticas.

“Ao considerarmos as pesquisas do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), que apontam para o aquecimento global, mais imperiosa ainda é a participação da sociedade em ações de pre-

servação, de conservação e de recuperação ambiental”, diz. O professor avalia que o poder público tem ainda ação muito tímida nas questões ambientais. “Os governos têm medo de ir de encontro a interesses econômicos.”

Pavesi critica a legislação estadual que permite aração do terreno no sentido do declive até 44,5% de declividade ou acima desta, desde que haja uma “justificativa técnica” atestada por profissional habilitado. Na sua opinião, tal legislação é “criminoso” no que se refere à preservação de recursos hídricos.

INVESTIMENTO. “Se a água é tão importante para a vida, então por que não se destinam recursos humanos e financeiros de origem pública e privada para, primeiro, assegurar seu fornecimento aos lençóis que a armazenam? Se considerar-

mos que a precipitação média na Bacia do Rio Itapemirim é de 1.300 mm por ano, são quase 8 trilhões de litros de água a cada ano que, se forem mais bem retidos no solo, poderão manter o abastecimento para todos os fins, afugentando o mal da desertificação”.

Segundo Pavesi, já existe uma proposta de integração de ações envolvendo grandes empresas capixabas, o Poder Público, o Ministério Público, a Universidade Federal do Espírito Santo, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre, algumas ONGs, o Comitê da Bacia do Rio Itapemirim, o Consórcio do Caparaó e produtores rurais para se definir um programa de recuperação ambiental. O desafio é conciliar a proteção ambiental com viés econômico sustentável. Mas resultados são esperados para, no mínimo, quatro a cinco anos a partir do início do programa.

Há três anos, expedição revelou degradação

Em 2004, uma equipe de técnicos e ambientalistas percorreu 250 quilômetros da bacia no período de seca, entre os dias 13 e 17 de setembro, dentro do projeto Expedição Científica do Rio Itapemirim. A iniciativa foi da Regional Sul da Rede Gazeta, em parceria com o poder público e grupos pri-

vados. A reportagem de A GAZETA acompanhou a expedição e pôde constatar, já naquela ocasião, os sinais de degradação em vários pontos: morros descobertos, enormes sulcos cavados em áreas antes ocupadas por lavouras ou por pastagens, além de rios e córregos assoreados.

A ÁREA

1000
km²

Essa é a quantidade de áreas de pastagens em degradação na bacia do Rio Itapemirim.